



Batismos de Escravos em Iguape (1811-1850)

Aginaldo Valentin¹
José Flávio Motta²

Introdução

Nossa atenção neste artigo recai sobre os batismos das crianças escravas nascidas em Iguape entre 1811 e 1850. O povoamento inicial dessa localidade paulista ocorrera há muito, entre fins do século XVI e inícios do XVII,³ e em 1849, a Vila de Nossa Senhora das Neves de Iguape foi elevada à categoria de cidade. A primeira metade do Oitocentos correspondeu, ademais, à etapa de maior dinamismo da rizicultura da região do Vale do Ribeira, onde se situa a localidade em tela.⁴

Dividimos nossa análise em duas partes. Na primeira, preocupamo-nos com algumas tabulações mais gerais a partir do conjunto coletado de assentos de batismos. Beneficiária do aumento do preço do arroz e do intenso ritmo do tráfico atlântico de escravos, a população cativa de Iguape praticamente triplicou entre 1801 e 1836, de 711 para 2.035 pessoas.⁵ Todavia, parte expressiva desse crescimento decorreu da capacidade reprodutiva da escravaria, conforme veremos adiante com base nas tabulações aludidas. Na segunda parte do artigo, adotamos o ano de 1828 como ponto de clivagem. Para esse ano, utilizamos a lista nominativa de habitantes como referência de mão dupla: buscamos nos registros de batismos as crianças escravas com menos de 10 anos

¹ Professor Doutor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP; membro do N.E.H.D.-Núcleo de Estudos em História Demográfica da FEA/USP e do HERMES & CLIO-Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica da FEA/USP. E-mail: guiligui@usp.br.

² Professor Associado, Livre-Docente da FEA/USP. Professor do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP; membro do N.E.H.D.-Núcleo de Estudos em História Demográfica da FEA/USP, do HERMES & CLIO-Grupo de Estudos e Pesquisa em História Econômica da FEA/USP e do Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP) BRASIL ÁFRICA da USP. E-mail: jflaviom@usp.br.

³ Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, por exemplo, escreveu: “É desconhecida a época de sua fundação. Alguns historiadores a assinalam em 1567, outros em 1579, outros em 1611, e outros, finalmente, em 1654, pelo capitão Eleodoro Ébano Pereira; o que, porém pudemos descobrir em documentos autênticos, é que já era vila em 1638, e que a sua primeira matriz foi concluída em 1635.” (MARQUES, M. E. de A. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953, vol. 1, p. 321).

⁴ Aginaldo Valentin estudou a produção e a comercialização do arroz no Vale do Ribeira durante o século XIX e sugeriu a adoção de uma periodização segmentada em três intervalos: “o primeiro, que vai de 1800 a 1840, correspondeu à fase de gênese e expansão da rizicultura (...); o segundo, de 1841 a 1860, **grosso modo**, foi o período com as maiores quantidades exportadas do grão (...) e o último (1861 a 1880), que se caracterizou pela estabilidade econômica e pela redução acentuada da força de trabalho escrava.” (VALENTIN, A. *Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira, 1800-1880*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: FFLCH/USP, 2006, p. 65).

⁵ Cf. VALENTIN, A. *Uma civilização do arroz...*, p. 171.

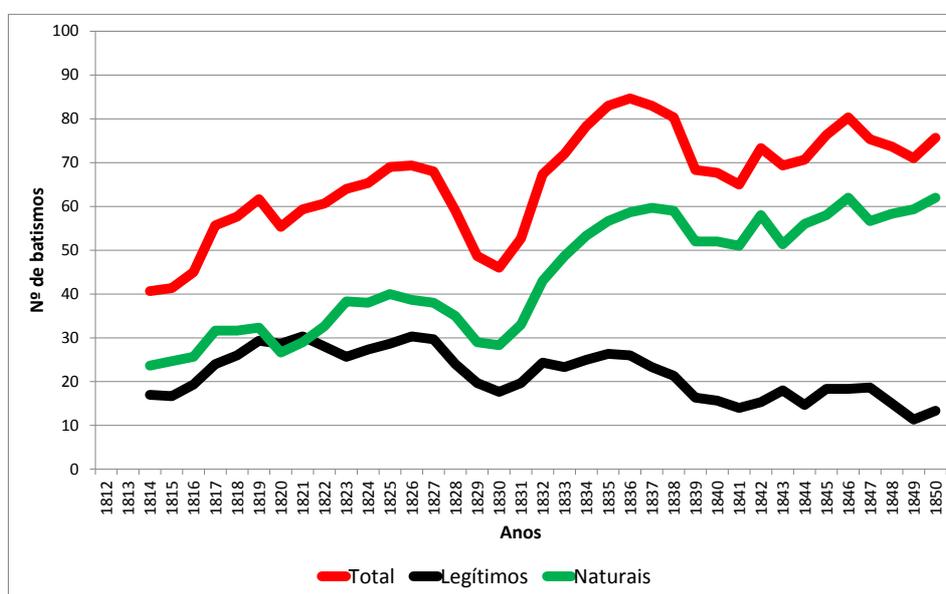


identificadas na lista e, concomitantemente, procuramos no arrolamento nominativo todos os cativos, batizados entre 1811 e 1828, dos proprietários lá listados ou, eventualmente, nas posses de seus herdeiros.

Os registros de batismo em Iguape

No Gráfico 1 apresentamos as médias móveis trienais do total de registros, bem como sua partição segundo legitimidade. Notamos uma tendência de crescimento até meados da década de 1830, a partir de quando o número de assentos se estabilizou relativamente em torno de 75 casos por ano. O aumento e a estabilidade mencionados coincidem com a variação positiva da população escrava na vila litorânea até a quarta década do século XIX. Percebemos, outrossim, uma correlação interessante entre a *proxy* da taxa geral de natalidade de 1836 (376 registros para 10.000 escravos) e 1874 (360 registros para 10.000 escravos), o que sugere certa estabilidade desse indicador entre os dois anos referidos.⁶

Gráfico 1
Número de assentos de batismos (médias móveis trienais)
Iguape, 1812 - 1850



Fonte: Registros de batismos de Iguape.

⁶ Os dados de 1874 foram calculados a partir de MOTTA, J. F.; VALENTIN, A. Dinamismo econômico e batismo de ingênuos - a libertação do ventre da escrava em Casa Branca e Iguape, Província de São Paulo (1871-1885). *Estudos Econômicos*, vol. 38, n. 2, abr./jun. 2008, pp. 215-217.



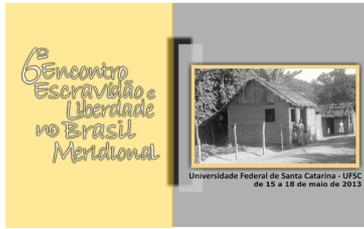
O informe da condição de legitimidade não deixa dúvida sobre a importância das crianças nascidas a partir de uniões sacramentadas pela Igreja até o final da década de 1820: 43,4%, em média, contra 24,6% entre 1831 e 1850. Tal resultado não é original na historiografia. Márcia Vasconcellos verificou em Angra dos Reis, para subperíodos semelhantes, porcentagens um pouco menores de legítimos (cerca de 35,0% entre 1805 e 1837), mas com redução de igual magnitude no intervalo 1838-1848, com 23,0% de legítimos.⁷ E Sheila Faria encontrou igualmente, no decorrer do Oitocentos, “*quedas bruscas dos casamentos entre cativos*”.⁸

Não podemos descartar as mudanças dos párocos havidas na vila de Iguape como causa da redução do número de legítimos. De fato, por exemplo, até o ano de 1833 assinava os registros João Crisóstemo de Oliveira Salgado Bueno (41,7% de legítimos), com ocasional participação de Amaro Antunes da Conceição (em 1820, 52,9%) e José Alves Carneiro (1827 a 1829, 40,0%). O período de 1834 a 1838 ficou sob a responsabilidade de João Batista Ferreira (27,7%), retornando José Alves Carneiro entre 1839 a 1848 (21,4%), assumindo então Antonio Carneiro da Silva Braga (17,3%). Lancemos mão de outra fonte. Na lista nominativa de 1815, casados e viúvos representavam 22,1% dos escravos com 15 anos ou mais. A dita participação tem um ligeiro aumento em 1828 (22,5%) e uma pronunciada redução em 1836 (16,4%), corroborando os resultados do Gráfico 1.

De outra parte, foi elevada a correlação entre o número de batismos (aqui tomado como *proxy* do tamanho da posse) e o de crianças batizadas legítimas (0,884), o que reafirma a constatada associação entre os maiores plantéis e a maior possibilidade de efetivação de uniões legítimas. De 18 casos de proprietários com pelo menos 10 crianças legítimas batizadas entre os anos de 1811 e 1850, observamos que a maioria já promovia o batismo dos filhos de suas escravas desde a década de 1810. A prosperidade durante a primeira trintena do Oitocentos, medida tanto pela expansão da atividade rizicultora como pelo próprio aumento nas propriedades escravas dos senhores iguapenses que mais batizavam crianças cativas, pode ajudar a explicar a maior taxa de legitimidade na aludida trintena, observada no Gráfico 1.

⁷ VASCONCELLOS, M. C. R. de. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH-USP, 2006, p. 165.

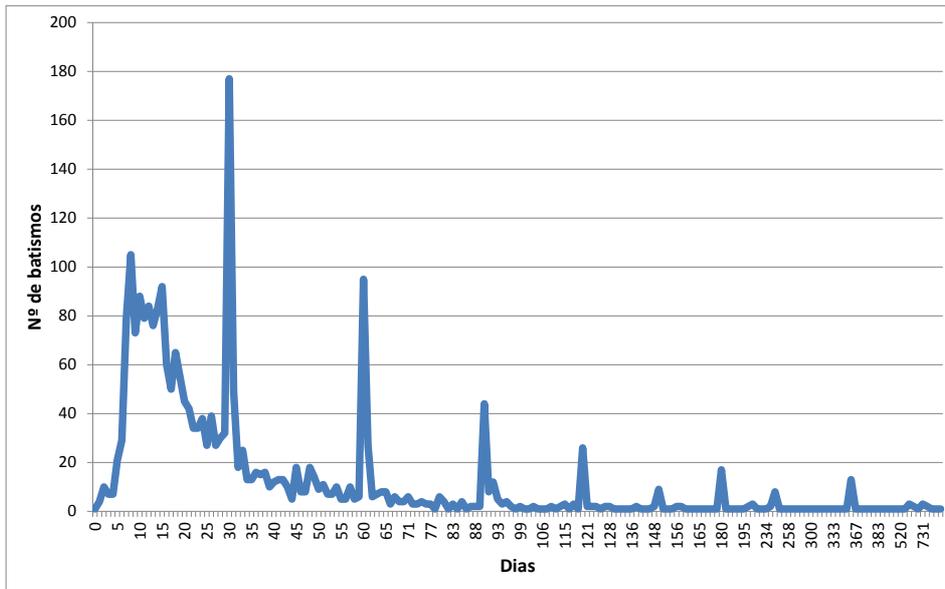
⁸ E observou, vale a pena frisar: “*a diminuição dos casamentos legais entre cativos não significou ausência de família escrava. Significou, isso sim, uma mudança formal, visando a satisfazer interesses senhoriais, ao mesmo tempo em que deixou a cargo dos escravos grande parte da organização da vida no cativo.*” (FARIA, S. S. de C. Família escrava e legitimidade. Estratégias de preservação da autonomia. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, dez. 1992, p. 126). Na contramão desses resultados, convém apontar, Maísa Faleiros notou em Franca um ligeiro aumento na taxa de legitimidade da primeira para a segunda metade do século XIX, de 44,9% para 50,9% (Cf. CUNHA, M. F. da. *Demografia e família escrava. Franca - SP, século XIX*. Tese de Doutorado em Demografia. Campinas: Unicamp, 2009, p. 96).



Outro conjunto de dados que sugere uma mudança expressiva na forma de relacionamento entre escravistas e escravos iguapenses é o intervalo temporal entre o nascimento e o batismo das crianças escravas, representado nos Gráficos 2 e 3.

Gráfico 2

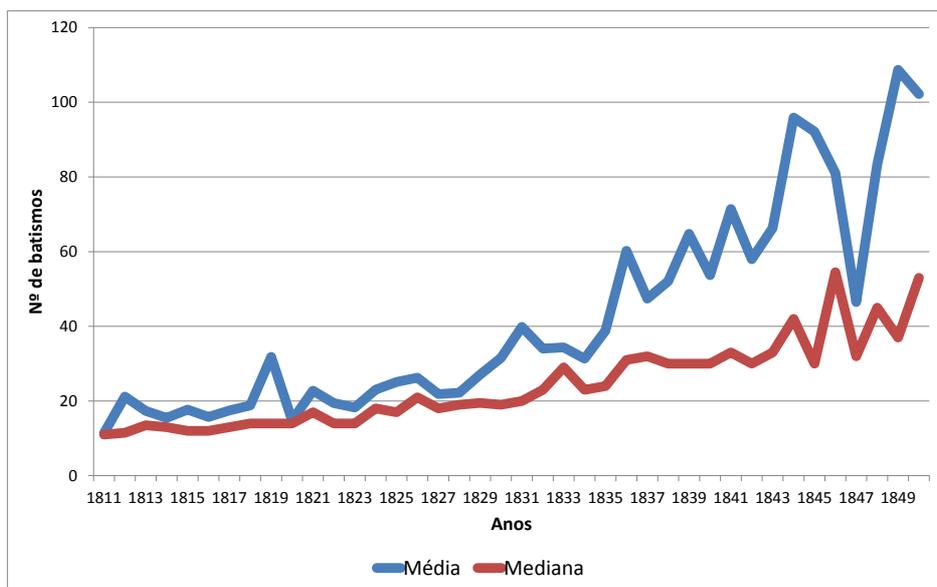
Intervalo entre o batismo e o nascimento (dias). Iguape, 1811-1850



Fonte: Registros de batismos de Iguape.

Gráfico 3

Intervalos médio e mediano entre nascimento e batismo. Iguape, 1811-1850



Fonte: Registros de batismos de Iguape.



Dos dados do Gráfico 2, verificamos a concentração de batismos até 15 dias após o nascimento (34,2% dos casos). A porcentagem praticamente dobra (65,1%) se estendermos o intervalo para 30 dias, momento da primeira concentração nas chamadas “datas redondas”. O perfil da curva mantém-se semelhante, cada vez com um menor número de casos, após 60, 90, 120, 150, 180, 240 e 365 dias. Ao observarmos os resultados do Gráfico 3, percebemos que tanto o intervalo médio como o mediano apresentaram crescimento ao longo do período - lento até o início da década de 1830 e explosivo na vintena posterior, coincidindo com a redução na participação de legítimos entre as crianças cativas batizadas.

A mesma tendência foi constatada em Curitiba durante o século XIX, tanto para livres como para escravos. Os autores do estudo sugerem uma nova conformação de hábitos, que envolvia o batismo doméstico como forma de garantir a salvação da alma do recém-nascido e a realização posterior do rito na igreja, justamente privilegiando as “datas redondas”. Ainda destacam que o próprio crescimento da vila colaboraria, aumentando a distância entre o local de nascimento e a igreja, colocando em risco a sobrevivência tanto da mãe quanto da criança.⁹ Já destacamos em outra ocasião a ocupação das áreas alagadas ao longo do rio Ribeira e seus afluentes no contexto da expansão da produção de arroz no Vale do Ribeira.¹⁰ A maior distância a ser vencida certamente concorria para a expansão dos intervalos conforme indica o Gráfico 3. Isso certamente motivava o deslocamento do pároco, conforme pudemos perceber durante a década de 1840, quando várias vezes os batismos eram celebrados na capela de Juquiá. E também impelia alguns proprietários a realizar os batismos em outras freguesias, conforme verificaremos mais adiante no texto.

Outra influência que merece destaque é o ritmo das atividades econômicas e sociais da localidade. A economia cada vez mais dependente do arroz e um calendário religioso que tem seu auge na festa da padroeira em agosto ajudam a compreender parte da sazonalidade observada no intervalo entre o nascimento e o batismo das crianças cativas, como tentamos demonstrar no Gráfico 4. O resultado para o mês de agosto parece evidente, pois concentra a maior parcela dos batismos computados na década de 1840, além de corresponder a um dos meses com maior quantidade de arroz exportada pelo porto da vila. Dessa forma, parece claro que o proprietário morador na zona rural, de uma tacada, transportava o arroz colhido, levava sua família para a festa e

⁹ Cf. CARNEIRO, M. B.; CHAGAS, P. R.; NADALIN, S. O. Nascer e garantir-se no Reino de Deus; Curitiba, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 27, n. 2, jul./dez. 2010, pp. 376-378.

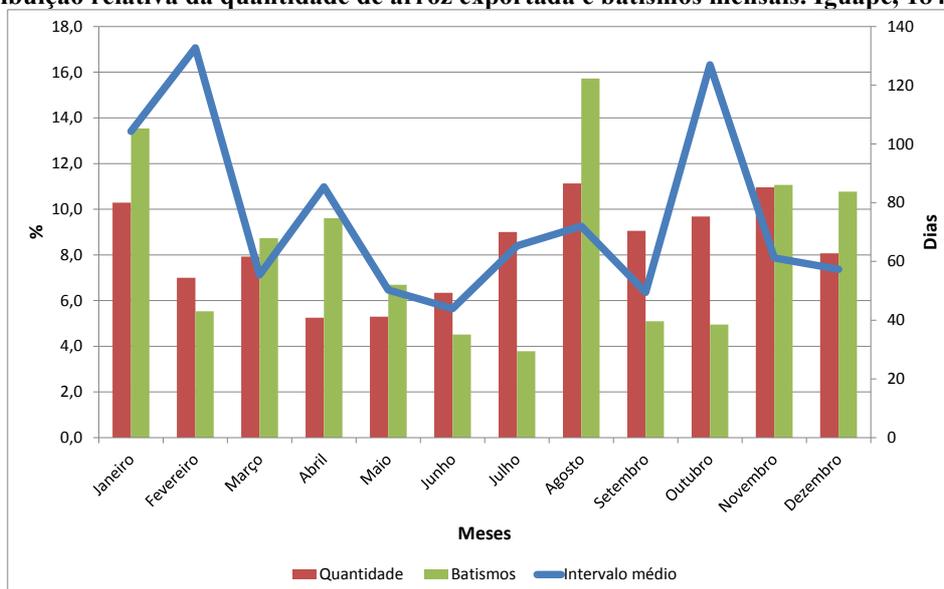
¹⁰ Cf. VALENTIN, A. *Uma civilização do arroz...*, cap. 2.



as crias de suas escravas para batismo. Reforça tal quadro a baixa frequência relativa de batismos nos dois meses antecedentes, sugerindo o “adiamento” dos batismos que normalmente ocorreriam nestes meses para o período de festas em louvor ao Bom Jesus. Outros meses como janeiro e novembro também indicam a associação entre o transporte de arroz até a região costeira e a maior ocorrência de batismos. Naturalmente, em outros meses tal vinculação não se vê, mantendo-se o fluxo de batismos provavelmente oriundo dos escravistas moradores da própria vila ou em áreas mais próximas.

Gráfico 4

Distribuição relativa da quantidade de arroz exportada e batismos mensais. Iguape, 1841-1850



Fontes: Registros de batismos de Iguape e APESP.

Aproximações entre fontes

Nesta seção confrontamos duas fontes caras aos estudos de demografia histórica em território paulista: os recenseamentos populacionais realizados com maior ou menor regularidade entre 1765 e 1836 (também denominados Maços de População, depositados no Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP) e os registros paroquiais de batismos. Inicialmente fornecemos um perfil da população escrava presente em Iguape no ano de 1828 segundo os informes contidos no respectivo arrolamento populacional. Em seguida apresentamos os resultados em dois exercícios distintos: no primeiro, confrontamos proprietários e cativos com menos de 10 anos relacionados no documento de 1828 com os assentos presentes no livro de batismos de escravos; o segundo deriva



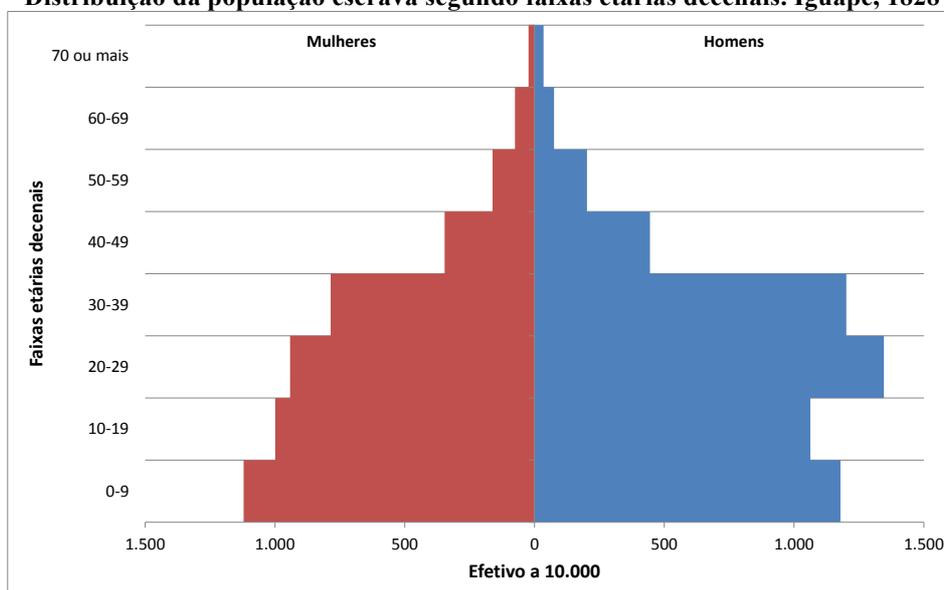
da extração de um subconjunto comum às duas fontes. Para ambos os casos objetivamos, além do teste de consistência, compreender de forma ampliada a dinâmica reprodutiva revelada parcialmente pelas duas fontes.

A lista nominativa de 1828 registrava a presença de 249 proprietários e 1.731 escravos, correspondendo a uma posse média de 6,7 cativos por escravista e um valor mediano de 4 escravos por proprietário, sendo a unidade o valor modal. Pertenciam ao sexo masculino 82,7% dos proprietários e 55,5% dos escravos. Quanto à condição conjugal dos cativos, casados e viúvos representavam 14,9% da população (12,8% dos homens e 17,5% das mulheres).

A distribuição etária dos escravos pode ser observada no Gráfico 5, segundo faixas decenais. Os dois grupos etários mais jovens se distinguem dos demais pelo relativo equilíbrio entre os sexos, ao passo que entre as idades de 20 a 49 anos a predominância masculina decorria tanto pela opção de compra preferencial como da provável mortalidade por causa materna concentrada entre as mulheres no grupo etário.¹¹

Gráfico 5

Distribuição da população escrava segundo faixas etárias decenais. Iguape, 1828



Fonte: APESP.

¹¹ A participação de crianças de 0 a 4 anos era de 11,2% dos escravos (ou 23,0%, se considerado o grupo de 0 a 9 anos).



Na Tabela 1 apresentamos os escravistas e seus cativos distribuídos segundo faixas de tamanho dos plantéis, com ênfase naqueles com 15 anos ou menos, os quais nos remetem aos casos de escravos batizados a partir de 1811.

Tabela 1

Distribuição de proprietários e escravos segundo Faixas de Tamanho de Posse (FTP). Iguape, 1828

FTP	Proprietários		Escravos		Escravos de 0 a 15 anos	
	N	%	N	%	N	%
1 a 4	139	55,8	299	17,3	91	14,6
5 a 9	63	25,3	400	23,1	146	23,4
10 a 19	28	11,2	393	22,7	161	25,8
20 ou mais	19	7,6	639	36,9	226	36,2
Total	249	100,0	1.731	100,0	624	100,0

Fonte: APESP.

Além da distribuição que concentra os escravos nas maiores posses pertencentes a um pequeno número de escravistas, notamos que essas propriedades também agregavam a maior parte dos escravos com 15 anos ou menos. No entanto, destacamos que esse grupo etário compunha parcelas que oscilam entre 30% a 38% em todos os grupamentos dos plantéis.¹²

Nossa primeira aproximação entre os dados constantes no livro de batismos e a lista de habitantes de 1828 consiste no confronto das informações daqueles proprietários presentes na lista cujas posses continham crianças escravas com menos de 10 anos. Identificamos na lista 142 proprietários e 442 crianças nessa faixa etária, sendo 229 meninos e 213 meninas. Identificamos os assentos de batismos de 238 (ou 53,8%) desses pequenos cativos. Tal registro bruto pode ser qualificação segundo outros recortes conforme procedemos a seguir.

De início, destacamos 28 escravistas ausentes nos registros de batismo, agregando 46 crianças cativas.¹³ Classificamos os 114 proprietários restantes e as 396 crianças associadas em três grupos. Dessa forma, 211 crianças também estavam presentes nos registros de batismos associados diretamente ao proprietário presente na lista de 1828. Outras 27 foram localizadas através de

¹² Não verificamos diferença estatística significativa na idade média dos escravos com 15 anos ou menos entre as diferentes faixas de posse ($p=0,13$). Segundo anotações sobre a origem desses escravos, 83,5% nasceram em Iguape contra 13,1% oriundos da África.

¹³ Tais escravistas possuíam 5,7 escravos em média, com mediana e moda iguais a 6 cativos. Ademais, em 16 casos o registro não superava a marca de uma criança escrava com menos de 10 anos. Dentre esses 28 proprietários, destacamos o caso de Joaquim Rodrigues da Silva, com 32 anos em 1828, que possuía 6 crianças escravas entre os 27 cativos arrolados. Trata-se, provavelmente, de um morador com pouco tempo de residência em Iguape e com as crianças batizadas em outro local.



vínculos com escravistas que possuíam ligações familiares com os arrolados no referido ano.¹⁴ Não encontramos os registros de batismos das demais 158 crianças. A Tabela 2 apresenta a distribuição dos 442 escravos com menos de 10 anos segundo faixas de tamanho de posse e de acordo com os três grupos descritos.

Tabela 2
Distribuição dos escravos com menos de 10 anos presentes em 1828
segundo presença no livro de batismos. Iguape, 1811 a 1828

Faixas de tamanhos de posse	Total de crianças	Batismo localizado		
		Sim	Não	Proprietário não localizado
1 a 4	54	24	17	13
5 a 9	105	54	24	27
10 a 19	124	70	54	0
20 ou mais	159	90	63	6
Total	442	238	158	46

Fontes: APESP e Livro de registro de batismos de Iguape.

O resultado reafirma o padrão de concentração de crianças nas propriedades com maior número de escravos (64,0% das crianças presentes nas posses com 10 ou mais pessoas). No que respeita à segmentação a partir do cruzamento com os assentos paroquiais, observamos: nos plantéis pequenos (até 9 cativos), 65,5% das crianças constavam no livro de batismos contra 57,8% nos maiores plantéis.

Uma análise minuciosa dos escravistas e das crianças, com batismo localizado ou não, permite outras considerações interessantes. Dos 42 escravistas com todas as crianças também presentes no livro de batismos, 22 possuíam apenas um cativo com menos de 10 anos e praticamente todos detinham posses reduzidas, de 1 a 7 escravos.¹⁵ O maior número de crianças acompanha, grosso modo, o crescimento da posse até o caso limite, Antonio Pinto de Almeida, com todas as 7 crianças batizadas e pertencentes a uma posse de 17 escravos.¹⁶

No outro extremo estão os 23 proprietários e suas 42 crianças cativas com assentos de batismos não localizados. Apenas 8 desses 23 senhores apareceram nos assentos de batismo antes de 1828, sugerindo que a maior parte dos casos seria composta por proprietários novos e as crianças

¹⁴ Utilizamos a lista nominativa de 1815 como referência para a confirmação das relações de parentesco.

¹⁵ A exceção é Antonio Neves Pinheiro Vidal cuja escravaria somava 12 pessoas.

¹⁶ Nesse conjunto de 42 senhores é notável o caso de Antonio Borges Diniz, detentor de 51 escravos na lista de 1828, sendo apenas 4 com menos de 10 anos, todos batizados. Conforme veremos adiante esse escravista esteve associado, entre 1818 e 1828, a 17 batismos de crianças escravas.



lá presentes seriam aquisições realizadas recentemente ou teriam sido batizadas pelo proprietário anterior (se originárias de doações ou heranças). Também não é possível desprezar a possibilidade de o batismo ocorrer em outra paróquia, como ocorreu com Joaquim Pereira de Oliveira, originário de Xiririca e morador em Juquiá no ano de 1828. Das 8 crianças presentes entre seus 14 escravos, pelo menos 4 foram batizadas na sua paróquia de nascimento.

O grupo mais numeroso corresponde aos 49 escravistas com presença parcial nas duas fontes, somando 271 crianças com até 9 anos entre os 885 escravos indicados na lista de 1828 (ou 30,6%), sendo 155 (57,2%) também com assento de batismo localizado. Trata-se de um conjunto heterogêneo tanto no número de crianças indicadas como na participação de batizados em Iguape. Selecionamos um caso que ajuda a ilustrar tal diversidade: o do açoriano Vitorino José Lopes, proprietário de 33 escravos em 1828, dos quais 16 possuíam menos de 10 anos.¹⁷ Entre 1813 e 1828 foram batizadas 24 crianças pertencentes a Vitorino, oriundas de sete núcleos familiares. O Quadro 1 confronta os batismos daquelas 16 crianças (e seus pais) arrolados na lista nominativa de 1828.

Além dos quatro primeiros casos, não localizados entre os registros de batismos,¹⁸ a elevada diferença de idades nos quatro casos seguintes não autoriza seus cálculos nas equivalências entre as duas fontes. Assim, contabilizamos apenas 8 crianças com batismo no plantel de Vitorino José Lopes, representando 50% dos escravos com menos de 10 anos. Das mães indicadas contamos outras cinco crianças nascidas entre 1819 e 1828 que não constavam na lista nominativa. Sobre a legitimidade das crianças, apenas a escrava Ana aparece com a indicação de casada no rol de moradores de Iguape, não obstante Isabel e Antonia constarem nos assentos paroquiais como casadas com os escravos Joaquim e Francisco, respectivamente.

Explorar os registros de Vitorino José Lopes ajuda-nos a compreender o universo das relações escravas em Iguape. Tanto por sua presença como proprietário dos escravos batizados em boa parte do período levantado (1813 a 1841), como pelo número total de crianças batizadas (45 casos), o que o posicionou como o sexto mais frequente entre os escravistas compulsados. De início, ressalvemos que o recorte apresentado no Quadro 1 quanto à condição de legitimidade, com maior frequência de legítimos, não corresponde ao observado para a totalidade (64,4% de crianças naturais do total de 45 batizados). Identificamos pelo menos 13 mães distintas, o que implica a

¹⁷ Sobre a inserção do rizicultor Vitorino José Lopes na sociedade e economia de Iguape, ver VALENTIN, A. *Uma civilização do arroz...*, pp. 265-275.

¹⁸ Rejeitamos a possibilidade de eventuais trocas de nomes entre as duas fontes, a exemplo da alteração entre “Germano” (lista de 1828) e “Generoso” (registro de batismo), ambos com 7 anos.



média de 3,1 filhos por mãe,¹⁹ porém com oscilações expressivas: Vitoriana, entre 1818 e 1836, teve oito filhos batizados; o casal Isabel e Joaquim aparece com sete casos e a dupla Ana e João com seis. No outro extremo, Josefa, Feliciano, Rita e Ana, com apenas um filho batizado. Para aquelas com maior número de filhos, o intervalo entre nascimentos oscilou de 1,7 a 2,3 anos, exceto para Antonia (intervalo de 5,5 anos).

Quadro 1

Crianças e mães escravas pertencentes a Vitorino José Lopes

Nome da criança	Idade na lista	Nascimento	Idade em 31/12/1828	Mãe	Legitimidade	Idade da mãe na lista
Germano	7	-	-	-	-	-
Benedita	10	-	-	-	-	-
Máximo	4	-	-	-	-	-
Tereza	8	-	-	-	-	-
Floriana	7	03/06/1826	2	Ana	Legítimo	51
Francisco	8	06/06/1824	4	Ana	Legítimo	51
Bento	8	20/03/1825	3	Antonia	Natural	24
Tereza	6	05/02/1827	1	Vitoriana	Natural	30
Josefa	8	14/09/1819	9	Antonia	Legítimo	24
Ricardo	8	18/11/1821	7	Antonia	Legítimo	24
Custódio	7	08/11/1821	7	Isabel	Legítimo	25
Inácio	7	16/12/1819	9	Isabel	Legítimo	25
Mariana	7	24/10/1823	5	Isabel	Legítimo	25
Candido	7	08/09/1818	10	Vitoriana	Natural	30
Moises	7	12/09/1822	5	Vitoriana	Natural	30
Prudente	8	18/12/1819	9	Vitoriana	Natural	30

Fontes: Idem Tabela 2.

No que respeita aos padrinhos de batismo das crianças, notamos que cinco dos seis filhos gerados pelo casal Ana e João foram batizados pelos mesmos escravos, Joaquim e Clara, pertencentes inicialmente ao pároco Diogo Rodrigues Cunha e depois à sua sobrinha Ana Clara da Silva (possivelmente Joaquim foi alforriado na transição, pois passou a ser registrado como Joaquim Manoel). O último dos filhos do casal teve ainda Clara como madrinha, mas o padrinho foi o escravo Bruno, filho de Clara. Joaquim Manoel também batizou um dos filhos de Vitoriana, porém a madrinha é Jacinta, pertencente à sogra de Vitorino José Lopes. Os demais, ou foram apadrinhados por escravos de Antonio Borges Dinis ou por supostos livres. Por seu turno, os sete

¹⁹ Em um dos casos não havia a identificação da mãe.



filhos do casal Isabel e Joaquim possuíram apenas três padrinhos diferentes, os três escravos e pertencentes a distintos senhores (dois deles aparentados com a esposa de Vitorino), e quatro madrinhas pertencentes também a proprietários diversos (três deles com a mesma relação de parentesco). Importa ressaltar que nenhum dos padrinhos escravos pertencia ao mesmo plantel das crianças batizadas.²⁰ Já os três filhos de Luisa tiveram como padrinhos pessoas livres, assim como o único filho de Delfina, todos nascidos entre 1834 e 1841.

O cruzamento entre as duas fontes considerando o universo de escravos batizados entre 1811 e 1828 envolveu, além da correspondência entre os escravistas, a recuperação de informações na ausência do proprietário registrado no livro de batismos, mormente através de seus herdeiros, amiúde a viúva ou seus filhos. Tal segmento correspondeu a 28 escravistas dos 220 presentes no livro de batismos até a data limite e responsáveis por 165 dos 990 assentos. Não obstante, deixamos de localizar 93 proprietários na lista de 1828, associados a 262 batismos.²¹ Dessa forma, nosso conjunto abrangeu 127 proprietários e 728 crianças batizadas.

No confronto entre as duas fontes localizamos 305 escravos batizados e registrados na lista nominativa de 1828, o que corresponde a 30,8% dos escravos com assento de batismo entre 1811 e 1828, a 17,6% dos cativos arrolados em 1828 e a 49,3% daqueles com idades entre 0 e 15 anos. Examinemos como se dava a distribuição destes escravos na estrutura escravocrata de Iguape. Em relação à distribuição por sexo, verificamos um equilíbrio tanto entre as crianças localizadas como entre as ausentes da lista de 1828 (51,8% e 50,8% de meninos, respectivamente). O Gráfico 6 traz o número de crianças batizadas pertencentes aos proprietários localizados na lista de 1828 e o total de batismos realizados nos respectivos anos.

Verificamos que tais escravistas eram responsáveis por 4 em cada 5 batismos (81,6%) ocorridos nos três últimos anos do lapso em tela. Tal participação tendeu a declinar à medida que nos aproximamos do início do período: entre 1818 e 1825 oscilou em torno de 74,8% e, nos primeiros sete anos, de 68,8%. Os resultados devem ser interpretados não apenas em função da presença de não iguapenses batizando seus cativos na paróquia como também do próprio ciclo de

²⁰ No subperíodo entre 1811 e 1828 verificamos que apenas 66 batizando possuíam ambos padrinhos escravos pertencentes ao mesmo plantel, representando 13,1% dos 503 casos onde pelo menos um dos padrinhos possuía tal condição social.

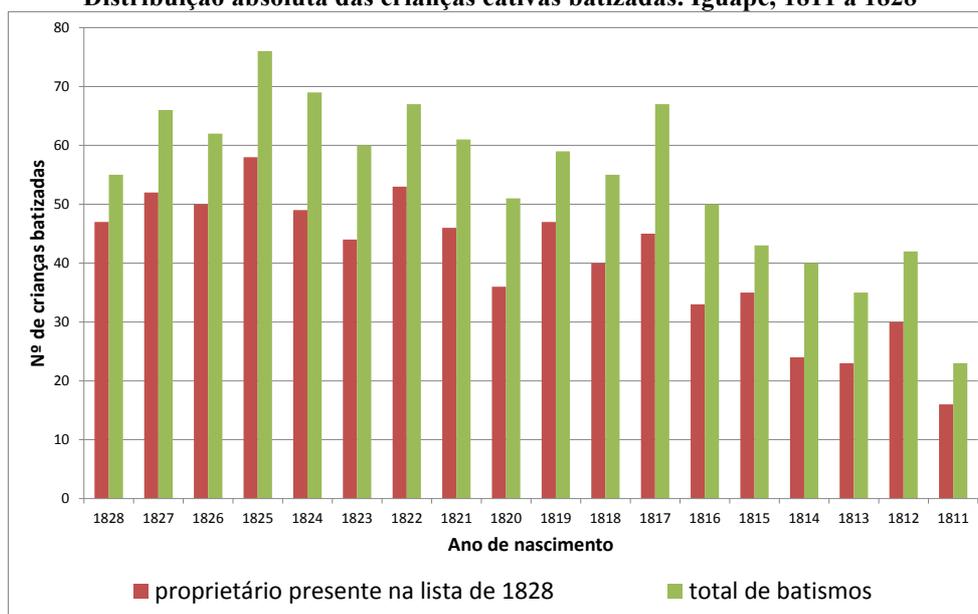
²¹ Alguns claramente não habitavam a vila de Iguape, como Catarina Eufrásia, que promoveu o batismo de 10 crianças cativas na matriz iguapense. Segundo o inventário de bens rústicos de 1818, ela possuía duas sortes de terras na Juréia, porém residia em Conceição de Itanhaém, assim como João Antonio da Costa Mendonça, que batizou 24 crianças entre 1812 e 1835. Através de um dos assentos verificamos ser João morador de Cananéia; sobre ele tínhamos referência apenas na lista de 1801, quando ainda morava em Iguape.



vida dos escravistas, em que pese nosso esforço na busca de informações pretéritas sobre a posse dos escravos para aqueles presentes em 1828. Ademais, com o número de batismos superando os 50 casos por ano a partir de 1817, o que refletiu o próprio crescimento da população escrava na região, o universo de proprietários ampliou-se, favorecendo sua localização no rol de moradores.²²

Gráfico 6

Distribuição absoluta das crianças cativas batizadas. Iguape, 1811 a 1828



Fontes: Idem Tabela 2.

A condição de legitimidade parece não influenciar significativamente os resultados já descritos: encontramos 42,5% das 360 crianças naturais e 41,0% das 361 legítimas pertencentes aos proprietários localizados. A mesma observação pode ser feita se considerarmos os padrinhos das crianças. Da combinação com maior ocorrência - ambos os padrinhos escravos - localizamos 157

²² Computando as crianças, segundo ano de nascimento, pertencentes aos escravistas presentes em 1828, obtivemos os seguintes resultados: com oscilações, localizamos, em média, 49,7% das crianças nascidas entre 1822 e 1828. Tais valores se aproximam das taxas de mortalidade calculadas por Maria Luíza Marcílio para a cidade do Rio de Janeiro na década de 1870: “Ora, se de 40% a 60% das crianças que nasciam morriam até os 12 meses, e se 60% e mais delas não ultrapassavam a faixa etária de 5 anos podemos, por aí só, aferir sobre as terríveis condições sócio-econômicas e sanitárias da população carioca” (MARCÍLIO, M. L. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro Imperial. *Revista de História*, n. 127-128, ago-dez/1992 a jan-jun/1993, p. 59). Por justamente considerar a população geral deve-se imaginar uma sobrevivência menor para os infantes escravos. No período 1816-1821 a localização das crianças reduziu-se para 36,3% e no quadriênio 1811-1814 para, 27,3% (excluímos o ano de 1815 pela evidente atipicidade). Tais resultados revelam, a priori, a combinação dos fatores mortalidade/transações/doações, responsáveis pelo desaparecimento das crianças nascidas nos anos da década de 1810, sem esquecer a possibilidade das manumissões.



(39,7%) dos 395 cativos batizados. Para a segunda cominação mais frequente, com os padrinhos livres, encontramos 80 (45,5%) dos 176 batizados.²³

Tabela 3

Distribuição das crianças cativas batizadas e localizadas segundo atributos dos proprietários Iguape, 1811 a 1828.

Atributos dos proprietários	Total de batismos (2)	Criança na lista		% no total	% nas localizadas	Permanência (1)/(2)x100
		Sim (1)	Não			
Sexo						
Masculino	677	276	401	93,0	90,5	40,8
Feminino	51	29	22	7,0	9,5	56,9
Total	728	305	423	100,0	100,0	41,9
FTP						
1 a 4	70	20	50	9,6	6,6	28,6
5 a 9	165	71	94	22,7	23,3	43,0
10 a 19	179	88	91	24,6	28,9	49,2
20 ou mais	313	126	187	43,1	41,3	40,3
Total*	727	305	422	100,0	100,0	42,0
Condição Conjugal						
Solteiros	106	47	59	15,4	14,6	44,3
Casados	480	198	282	64,9	65,9	41,3
Viúvos	142	60	82	19,7	19,5	42,3
Total	728	305	423	100,0	100,0	41,9
Faixas etárias						
20 a 29 anos	16	8	8	2,6	2,2	50,0
30 a 39 anos	91	41	50	13,4	12,5	45,1
40 a 49 anos	102	47	55	15,4	14,0	46,1
50 a 59 anos	263	107	156	35,1	36,1	40,7
60 a 69 anos	175	66	109	21,6	24,0	37,7
70 anos ou mais	81	36	45	11,8	11,1	44,4
Total	728	305	423	100,0	100,0	41,9

* Exceto uma criança pertencente a um não proprietário em 1828.

Fontes: Idem Tabela 2.

É na distribuição entre as diferentes faixas de posse que verificamos as maiores diferenças, principalmente naquelas com até 4 cativos: dos 70 batizados encontramos na lista apenas 20

²³ As duas categorias responderam por 80,1% dos batismos e 80,3% dos casos localizados. Consideramos, no caso dos padrinhos escravos, o subconjunto daqueles pertencentes à mesma posse, totalizando 16,7% do total de batismos e 15,9% dos casos localizados (os valores atingem 23,6% e 26,3% se incluirmos os casos com apenas um dos padrinhos na mesma propriedade).



crianças (28,6%). Em nenhuma faixa de posse tal marca alcançou metade dos escravos batizados, conforme indica a última coluna da Tabela 3, variável que passamos a denominar *permanência*.

Entre os grandes proprietários, responsáveis pela maior parte dos batismos (43,1%) e das crianças localizadas (41,3%), a dita permanência foi menor do que nas posses intermediárias, sugerindo que, ultrapassado o valor mínimo do grupamento dos menores proprietários, as condições para a localização das crianças não eram diferenciáveis segundo o tamanho da posse. Os resultados expressos nos demais atributos contemplados na Tabela 3 delinearam um perfil preponderante dos escravistas responsáveis pela maior parte dos cativos batizados e localizados, qual seja: sexo masculino, casado e com idade entre 50 e 69 anos.²⁴

Antes de detalharmos os resultados nas distintas faixas de posse, avançamos uma última consideração sobre a presença ou não dos pais das crianças em 1828. Entre os 728 registros, verificamos a presença da mãe em 69,4% dos casos e a coabitação em 235 (mãe e filhos presentes, 32,3%) no ano de 1828. Considerando apenas os legítimos, verificamos a existência do pai em 202 dos 344 casos com 98 preenchendo a condição de coabitação (pai e filhos presentes, 28,5%).²⁵ Em síntese, viviam com pai e mãe 85 das crianças presentes em 1828. A Tabela 4 sintetiza os resultados verificados utilizando as mães como referência de organização dos dados.

Não deve surpreender o fato de 82,5% dos proprietários não possuírem, entre 1811 e 1828, mais do que três escravas em suas posses a gerar filhos; tampouco estes filhos perfazerem 48,6% do total de crianças batizadas e 53,8% das localizadas, revelando um aspecto da distribuição da posse de cativos em Iguape. O número médio de filhos por escrava (2,4) apresentou uma tendência de expansão (de 1,9 para 3,0) seguindo o aumento das propriedades; considerando apenas as mães presentes em 1828, essas médias elevaram-se de 1,8 a 3,1, com valor geral de 2,5 filhos por mãe.²⁶ A permanência entre as mães localizadas revelou-se mais igualitária entre os distintos grupos, com 49,8% no grupo com até 3 mães *versus* 43,4% nos demais escravistas. Perfil distinto do associado às mães não localizadas (35,2% do total), com permanência de 37,1% nas pequenas propriedades e 24,6% nas grandes, não obstante o número médio de filhos relativamente próximo ao grupo das

²⁴ Tal subconjunto congregava, em 1828, 58 proprietários (ou 23,3%) e 564 (ou 32,6%) escravos arrolados.

²⁵ O valor não corresponde ao total de legítimos (367) por não possuímos informações sobre alguns pais descritos nos registros como libertos.

²⁶ Se considerarmos apenas os filhos localizados, a média se reduz à metade (1,2 filhos por mãe), com oscilação de 0,8 a 1,5 sem a tendência de crescimento verificada nos valores acima citados.



localizadas (2,1 contra 2,5 filhos por mãe). Parte de tal resultado deve se associar à mortalidade materna (tardia ou não)²⁷ e o decorrente efeito na sobrevivência dos recém-nascidos.²⁸

Tabela 4
Distribuição de proprietários, mães e crianças cativas
segundo número de mães por propriedade. Iguape, 1811 a 1828.

Número de mães	Proprietários	Mães presentes em 1828			Mães ausentes em 1828		
		N	Filhos presentes	Filhos ausentes	N	Filhos presentes	Filhos ausentes
1	65	46	41	42	19	16	23
2	22	28	29	37	16	10	22
3	17	35	54	46	16	13	21
4	6	14	26	19	10	8	23
5	3	9	11	12	6	2	6
6	3	6	5	10	12	5	17
7	6	29	33	41	13	2	15
10	3	23	27	44	7	5	9
18	1	9	9	19	9	7	19
Total	126	199	235	270	108	68	155

Fontes: Idem Tabela 2.

Outra forma de acompanhar os resultados distribui as mães segundo a quantidade de filhos batizados entre 1811 e 1828 (cf. Tabela 5). Praticamente metade das mães apareceu apenas uma vez nos registros de batismos, correspondendo a um quinto do total de assentos. Tomadas as mães com até 3 inserções no livro de batismos, as proporções correlatas igualaram-se, respectivamente, a 76,5% e 49,0% (ou ainda, a 72,3% e 49,8%, se considerados tão-somente os casos localizados).

Se confrontarmos as mães com até 3 filhos nos registros paroquiais com aquelas com mais de 3, a permanência das crianças praticamente não varia (42,3% e 41,0%), porém a localização das mães foi significativamente maior no segundo grupo (76,4% contra 61,3%). Trata-se de um grupo heterogêneo, abarcando mães em final de ciclo reprodutivo nos primeiros anos da década de 1810 ou no início do referido ciclo na segunda metade do decênio de 1820, além das que efetivamente não superaram o valor considerado.

²⁷ Temos em mente o moderno conceito adotado, por exemplo, pelo Ministério da Saúde: “Morte materna é a morte de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação, independentemente da duração ou da localização da gravidez”. Sobre morte materna tardia, afirma o Ministério: “Morte materna tardia é a morte de uma mulher, devido a causas obstétricas diretas ou indiretas, que ocorre num período superior a 42 dias e inferior a um ano após o fim da gravidez”. (BRASIL. *Manual dos comitês de mortalidade materna*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Depto. de Ações Programáticas Estratégicas. 3. ed. Brasília : Ed. do Min. da Saúde, 2007, p. 12-13).

²⁸ Não se pode descartar, é claro, a ocorrência de eventual transferência de propriedade, potencializando a impossibilidade de localização da mãe e seus filhos segundo a rotina estabelecida neste estudo.



Foram, de outra parte, 21 os casos de mães com 6 ou mais filhos identificados nos registros de batismos. Além das duas escravas pertencentes a Vitorino José Lopes, destacadas na seção anterior, dois outros proprietários também possuíam, cada um, duas dessas escravas: José Antonio Peniche e Francisco Carneiro da Silva Braga.

Tabela 5

Distribuição de mães e crianças cativas segundo número de filhos por mãe. Iguape, 1811 a 1828.

Número de filhos	Número de mães	% das mães	Total de filhos	% de filhos	Mães localizadas	% das mães	Filhos localizados	% dos filhos
1	148	48,2	148	20,3	85	42,7	59	19,5
2	52	16,9	104	14,3	32	16,1	48	15,8
3	35	11,4	105	14,4	27	13,6	44	14,5
4	29	9,4	116	15,9	24	12,1	50	16,5
5	22	7,2	110	15,1	15	7,5	43	14,2
6	9	2,9	54	7,4	8	4,0	24	7,9
7	6	2,0	42	5,8	4	2,0	20	6,6
8	5	1,6	40	5,5	3	1,5	10	3,3
9	1	0,3	9	1,2	1	0,5	5	1,7
Total	307	100,0	728	100,0	199	100,0	303	100,0

Fontes: Idem Tabela 2.

Escolhemos, não obstante, outro proprietário para finalizar nossas ilustrações. O açoriano Antonio Borges Diniz constou como dono dos escravos em 73 batismos registrados entre 1811 e 1850, representando isoladamente a maior frequência.²⁹ Ao realizar seu testamento, em 1861, declarou: “(...) que se algum meu cativo aparecer com carta de liberdade será atendido. Declaro que não libertei alguns mais, como são as cativas Margarida [sic], que foi a primeira crioula, que teve sete filhos e estas me teve dado muitas crias, espero que seja bem tratada, digo bem passada em sua velhice”.³⁰ Encontramos Margarida, preta, natural de Iguape, na lista nominativa de 1815, então com 13 anos. O futuro pai de suas crianças também estava lá: Plácido, também natural de Iguape, 27 anos, negro, provavelmente uma aquisição feita por Diniz de João Antonio da Costa Mendonça que possuía, em 1801, o jovem Plácido, então com 9 anos. Entre 1822 e 1842, nasceram as sete crianças, sendo seis meninas. Até 1850, acreditamos que as filhas Catarina (5 filhos), Felipa (3 filhos), Andresa (1 filho), Escolástica (2 filhos) e Marina (1 filho) constituíram o grande núcleo

²⁹ Se agregarmos a parentela de Diniz (seus dois genros, Francisco Carneiro da Silva Braga e Joaquim José Teixeira dos Santos, além da própria filha viúva, Francisca de Paula Diniz Carneiro) a soma atinge 153 casos ou praticamente 6% dos batismos aqui analisados.

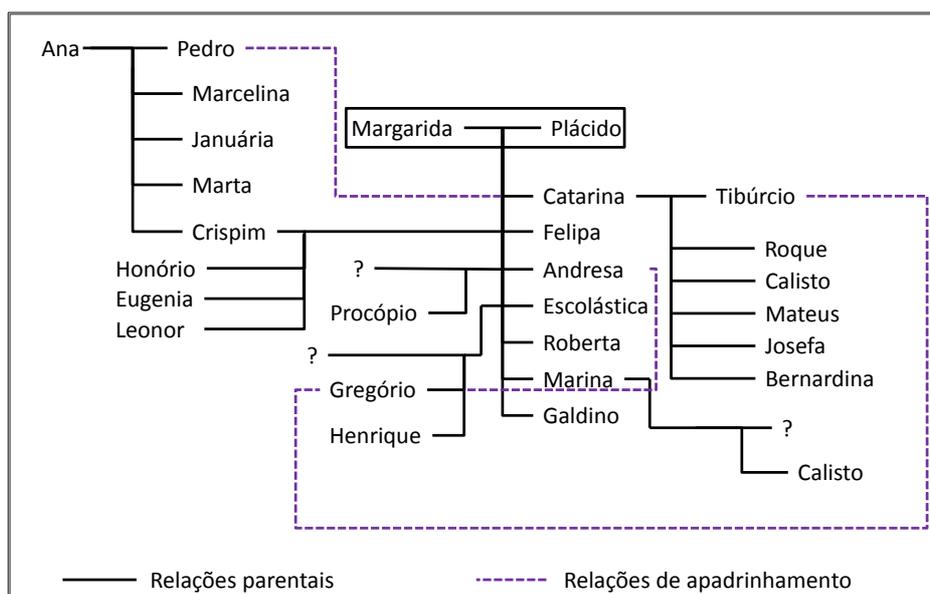
³⁰ Museu Histórico e Arqueológico de Iguape, caixa n.º 102.



familiar originado da união entre Plácido e Margarida, totalizando assim 19 dos 73 batismos. Possivelmente enquanto Borges Diniz redigia seu testamento, Margarida acalentava seus primeiros bisnetos, compondo assim quatro gerações em cativeiro.

Figura 1

Relações familiares e apadrinhamento a partir do casal Margarida e Plácido da propriedade de Antonio Borges Diniz



Fonte: Registros de batismo de Iguape

As filhas de Margarida e Plácido, Andresa, Marina e Escolástica, geraram, pelo menos até 1850, somente filhos naturais. O mesmo vale para Catarina, que apareceu casada com Tibúrcio apenas no registro de batismo da última filha, Bernardina. Da mesma forma, Felipa teve o primeiro filho, Honório, ainda sem ligação oficial com Crispim, que apareceu posteriormente como pai de Eugenia e Leonor. A irmã de Crispim, Marcelina, teve sua união com Germano sacramentada apenas após o nascimento do terceiro dos cinco filhos batizados até 1850. A incidência de mães solteiras ou com regularização tardia da união não foi observada na geração de Margarida e Plácido. Vale dizer, de alguma forma a “contaminação” responsável pelo aumento da taxa de ilegitimidade que apontamos no início da seção anterior atingiu a propriedade de Antonio Borges Diniz especialmente a partir da metade da década de 1830.

Por fim, um breve comentário sobre os padrinhos das crianças cativas de Antonio Borges Diniz. Praticamente três quartos da dupla de padrinho e madrinha eram escravos e outros 13,7% livres. Entre os escravos, 52,6% dos padrinhos e 51,7% das madrinhas pertenciam ao mesmo plantel



(ou 77,2% e 78,3% se agregarmos aqueles pertencentes a sua filha viúva e a seus genros). Portanto, algo muito mais expressivo do que o retrato sobre as relações de apadrinhamento formado a partir da Figura 1. E talvez mais pulverizado. Além disso, os escravos de Borges Diniz apareceram em outros 73 registros apadrinhando crianças não pertencentes ao seu plantel, sendo 40 casos com ambos os padrinhos. Entre os mais frequentes proprietários cujos cativos tiveram por padrinhos de batismo escravos de Borges Diniz, figuraram seu genro, Francisco Carneiro da Silva Braga (23 registros), e os rizicultores Bartolomeu da Costa Almeida Cruz e Vitorino José Lopes, cada um deles com nove registros.

Considerações finais

Neste artigo estudamos um conjunto de crianças escravas. Por conseguinte, incursionamos em vários temas objeto da atenção da historiografia da escravidão no Brasil. Família escrava, compadrio dos bebês nascidos no cativeiro, estrutura da posse de cativos são decerto os tópicos que mais se evidenciam em nossa análise. Esses tópicos são tratados, de início, com base em um panorama geral elaborado a partir dos mais de 2.500 batizados de crianças escravas registrados em Iguape, localidade paulista situada no Vale do Ribeira, no período de 1811 a 1850. A distribuição dos registros ao longo das décadas contempladas, a condição de legitimidade dos batizados, o intervalo temporal entre o nascimento e o batismo, são as principais variáveis analisadas, sempre sopesadas pela consideração do pano de fundo econômico dado pelo evoluir da rizicultura na região. Assim, por exemplo, foi interessante observar, na etapa de maior expansão da mencionada cultura, tomada a distribuição mês a mês, a sobreposição entre concentração dos batismos de crianças escravas e as maiores quantidades de arroz exportadas pelo porto de Iguape.

Em seguida, e esse o exercício que traduz o principal objetivo de nosso estudo, exploramos duas possibilidades analíticas decorrentes do cruzamento dos informes constantes dos assentos de batismos com os das listas nominativas de habitantes da aludida Vila, em especial a de 1828. Na primeira vertente explorada partimos do conjunto das crianças cativas com menos de 10 anos de idade arroladas na lista, e averiguamos sua presença ou não na documentação paroquial. Na segunda vertente percorremos o caminho inverso. Partimos do contingente dos escravos batizados de 1811 a 1828 e, com o auxílio da identidade de seus proprietários, e eventualmente da identidade dos herdeiros desses escravistas, averiguamos sua presença ou não no recenseamento de 1828.



Foram muitas as inferências proporcionadas pelos dois procedimentos acima descritos, tornando ociosa a tarefa de reproduzi-las novamente nessas considerações finais. Parte de tais inferências resultou da constante consideração da variável faixa de tamanho das posses cativas. Percebemos, por exemplo, os vínculos entre o dito tamanho, o ciclo de vida dos proprietários, e o próprio sucesso maior ou menor na identificação das pessoas pelo cruzamento das fontes utilizadas. Foi igualmente profícuo o acompanhamento mais minucioso de casos selecionados, a exemplo de Antonio Borges Diniz e de sua escravaria, capazes de contribuir no esclarecimento das nuances das relações dos escravos entre si e deles com as pessoas livres, todos juntos protagonistas na conformação de nossa sociedade pretérita.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Manual dos comitês de mortalidade materna*. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 3. ed. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2007.
- CARNEIRO, Marina Braga; CHAGAS, Paula Roberta; NADALIN, Sergio Odilon. Nascer e garantir-se no Reino de Deus; Curitiba, séculos XVIII e XIX. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, vol. 27, n. 2, pp. 361-384, jul./dez. 2010.
- CUNHA, Máisa Faleiros da. *Demografia e família escrava. Franca - SP, século XIX*. Tese (Doutorado em Demografia). Campinas: Unicamp, 2009.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Família escrava e legitimidade. Estratégias de preservação da autonomia. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 23, pp. 113-131, dez. 1992.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Mortalidade e morbidade da cidade do Rio de Janeiro Imperial. *Revista de História*, n. 127-128, ago-dez/1992 a jan-jun/1993, pp. 53-68.
- MARQUES, Manoel Eufrazio de Azevedo. *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. 2 v. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.
- MOTTA, José Flávio; VALENTIN, Agnaldo. Dinamismo econômico e batismo de ingênuos - a libertação do ventre da escrava em Casa Branca e Iguape, Província de São Paulo (1871-1885). *Estudos Econômicos*, vol. 38, n. 2, abr./jun. 2008, pp. 211-234.
- VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH-USP, 2006.
- VASCONCELLOS, Marcia Cristina Roma de. *Famílias escravas em Angra dos Reis, 1801-1888*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH-USP, 2006.